



EDER GUSTAVO DE OLIVEIRA

**AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM
ESTUDO NA HORTA COMUNITÁRIA DE LAVRAS (MG).**

**LAVRAS – MG
2017.**

EDER GUSTAVO DE OLIVEIRA

**AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM
ESTUDO NA HORTA COMUNITÁRIA DE LAVRAS (MG).**

Monografia apresentada à Universidade Federal de
Lavras, como parte das exigências do Curso de
Administração Pública, para obtenção do título de
Bacharel em Administração Pública.

Prof.^a Dr.^a Nathália de Fátima Joaquim
Orientadora

LAVRAS – MG

2017

AGRADECIMENTO

Primeiramente agradeço a Deus por ter me dado coragem, forças para superar os obstáculos e por estar sempre presente em minha vida.

Agradeço a Prof. Dr. Nathalia por toda a orientação, atenção e conhecimento transmitido nesses anos que trabalhamos juntos.

Aos meus pais José e Ivani, e minhas irmãs Liliam e Liviam que esteve presente em todos os momentos, me dando amor, incentivo e apoio.

À Republica Perdidão em que conheci pessoas que hoje são mais que amigos e jamais vou esquecer o que aprendi com vocês.

Aos meus amigos que sempre estão ao meu lado e me dão suporte para que continue na busca dos meus objetivos.

Enfim, muito obrigado, Universidade Federal de Lavras pela oportunidade de me tornar Administrador Público!

RESUMO

O trabalho busca apresentar o contexto da horta comunitária de Lavras, município localizado no sul de Minas Gerais. Essa horta se localiza num bairro periférico que historicamente sempre foi esquecido e marginalizado pelo restante da população. Tem-se como ponto de partida um estudo de caso exploratório que visa identificar os problemas gerados pela dificuldade em se implementar programas e políticas públicas no contexto da horta comunitária e se ela pode ser utilizada como meio de desenvolvimento local. O principal objetivo deste é identificar, a partir da análise do discurso dos diversos atores (representantes do poder público, representante do bairro e representante da associação de produtores de hortaliças da cidade) quais as dificuldades ocasionadas devido à falta de acesso às políticas públicas da agricultura familiar e se o projeto é capaz de estimular o desenvolvimento local da comunidade na qual está inserido. Os dados coletados foram submetidos à análise de narrativa. Por fim, foi possível concluir que os produtores da horta comunitária não têm acesso as políticas públicas, devido aos diversos motivos que foram explanados, como: o não enquadramento na categoria de agricultores familiares, o que acontece pela falta de cadastro da DAP, e o espaço da horta, no momento, não é uma iniciativa de desenvolvimento local.

Palavras chaves: agricultura familiar, desenvolvimento local, horta comunitária.

LISTA DE GRÁFICOS E QUADROS

Gráfico 1- Número de pessoas que exercem atividade no campo (milhões)	15
Gráfico 2- Montante do valor produzido pelo setor agropecuário (em bilhões)	16
Quadro 3- Principais Políticas Direcionadas à Agricultura Familiar	19/20
Imagem 4- Localização aproximada da área da Horta Comunitária da COHAB	25

LISTA DE SIGLAS

ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CVP	Circulo Virtuoso da Pobreza
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAEMG	Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais
FHC	Fernando Henrique Cardoso
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
ONU	Organizações das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROVAP	Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	REFERÊNCIAL TEÓRICO	10
2.1	AS DIVERSAS FACES DO DESENVOLVIMENTO	10
2.2	A AGRICULTURA NO CONTEXTO BRASILEIRO	13
2.3	POLÍTICAS RELACIONADAS A AGRICULTURA FAMILIAR.....	16
3	METODOLOGIA.....	21
4	ANÁLISE E RESULTADOS	24
4.1	O contexto de criação da Horta Comunitária e o perfil dos agricultores	24
4.2	Relações existentes entre os diversos atores sociais envolvidos no cenário ampliado da horta comunitária.....	26
4.3	Horta comunitária e o acesso às políticas públicas	28
4.4	Horta comunitária e o estímulo ao desenvolvimento local	34
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	39
	ANEXOS	46

1 INTRODUÇÃO

Entender a ideia de desenvolvimento é de fundamental importância no cenário político. Os governos precisam identificar o modelo de gestão apropriado e aplicar a partir das suas realidades as ideologias propostas pelas teorias. Bourscheidt e Dalcomuni (2010) explicam que o conceito de desenvolvimento já esteve atrelado ao de crescimento econômico, mas com o passar dos anos esse pensamento vem sendo modificado. Percebe-se que há um esforço e maior preocupação em conciliar a utilização dos recursos naturais e a busca pelo desenvolvimento, a partir de fatores endógenos que ressaltam as características locais.

Nas últimas décadas, um novo conceito ganhou força no cenário mundial, o de desenvolvimento sustentável. Esse modelo mostra que é necessário pensar além do setor econômico, atentando-se às questões sociais e ambientais, dentre outras. Sendo assim, o uso racional dos recursos minimiza os impactos presentes e garantem uma sobrevivência para as futuras gerações. Neste contexto, pode-se conceituar desenvolvimento sustentável como o meio que “não esgota os recursos naturais que consome, nem danifica o meio ambiente de forma a comprometer o desenvolvimento dessa atividade no futuro” (SANDRONI, 1999, p. 170).

A busca por um modelo de desenvolvimento sustentável vem sendo motivo de diversas discussões no cenário mundial (SACHS, 2008; DA VEIGA, 2010; CAVALCANTI, 1995). Percebe-se que existe um jogo de empurra-empurra de responsabilidades, principalmente entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, os países ricos acham que a responsabilidade deve ser a mesma entre todos, e os em desenvolvimento defendem que os ricos devem ter um maior comprometimento com o tema. Nesse sentido, é importante destacar o papel desempenhado pela Organização das Nações Unidas (ONU) tanto na busca pela disseminação do desenvolvimento sustentável, quanto pela mediação entre as partes que devem promovê-lo.

A partir do esgotamento das linhas tradicionais de desenvolvimento e com a promoção de modelos sustentáveis surge a necessidade de criar processos que atendam as demandas locais das populações. Do Amaral Filho (1996) explica que isso faz parte do desenvolvimento endógeno (necessidade de articulação de atores locais e planejamento descentralizado), já que as características locais são ressaltadas e o processo é realizado de baixo para cima.

Nesse sentido é importante entender o desenvolvimento local, esse processo vem sendo abordado no âmbito das pesquisas, (BUARQUE, 1999; TENÓRIO, 2012; TABOSA et al, 2004; MARTINS, 2002; MARTÍN, 2001), e pode-se dizer que ele busca desenvolver pequenas

extensões territoriais, promovendo a melhoria da qualidade de vida da população, a partir de suas capacidades e dos recursos presentes em cada contexto.

Dessa forma, este trabalho não visa tratar o desenvolvimento sob a perspectiva tradicional, meramente relacionado ao econômico, ele é conduzido a partir de como se constrói o desenvolvimento local. Nesse sentido, é importante ter em mente a importância dos atores, não só como beneficiários, mas como envolvidos nesse processo. O desenvolvimento local se apresenta num “contexto em que se esgotam as concepções de desenvolvimento associadas a progresso material (acúmulo de riquezas), pessoal (ganhar a vida) e ilimitado (quanto mais melhor), mas sobretudo é um produto da iniciativa compartilhada, da inovação e do empreendedorismo comunitários” (MARTINS, 2002, p. 51).

Analisando a história brasileira percebe-se que um dos principais pilares, tanto da economia, quanto da sociedade e do ambiente, é a agricultura. Sendo assim, ao tratar-se de tema tão importante como o desenvolvimento local e entendendo que este acontece a partir de ações locais, precisa-se voltar grande parte das atenções ao setor, pois ele exerce grande importância no nosso país, pelo fato de ser um dos principais indutores de geração de renda, além da influência que exerce em todo o sistema produtivo e comercial.

Essa dependência da agricultura na nossa economia ocorre desde o início da nossa colonização, e por isso uma grande parte da mão de obra sempre esteve voltada para o setor. No entanto, a modernização do campo que ocorre a partir da década de 1970 (TEIXEIRA, 2005), e os grandes latifúndios, fizeram com que essa parcela da população ficasse sem opções, o que fez com que elas procurassem caminhos distintos para garantir sua sobrevivência. Nesse sentido surge a agricultura familiar, onde a gestão da terra é compartilhada entre os membros da família (ABRAMOVAY, 1997), e a produção se limita a alguns produtos, seja para sua subsistência ou como fonte de renda.

A importância da agricultura familiar ficou evidente no último censo agropecuário, realizado em 2006 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ele mostra que 84,4% das áreas agropecuárias pertencem a grupos familiares. De acordo com os dados, ela é a principal base da economia de cidades com até 20 mil habitantes, respondendo por 90% do total de municípios brasileiros, além de ser parte importante do Produto Nacional Bruto. Os produtos mais produzidos são mandioca, feijão, milho e arroz, sendo o Nordeste o detentor da maior concentração deste modelo de produção.

Como visto, a agricultura familiar tem representatividade na nossa economia. Segundo dados do Censo Agropecuário (2006) ela representa por 38% do montante total produzido pelo setor agropecuário, o que equivale a 54,37 bilhões de reais. Essa atividade tem como principal apoiador o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que financia e promove o desenvolvimento sustentável desses produtores. Neste sentido, é importante ressaltar que a agricultura familiar é que mantém a produção interna de alimentos do país, aquele consumido cotidianamente, uma vez que a agroindústria tem como principal objetivo a produção de grãos para a exportação e ração.

Para fazer parte desse programa é necessário respeitar diversas condicionalidades. Uma delas é possuir a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que é o registro dos produtores, exercendo notável influência devido ao acesso diferenciado às políticas públicas que ele estabelece. É importante destacar que para ter acesso à DAP, segundo a Portaria da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Do desenvolvimento Agrário, Nº 234, de 04 de abril de 2017, os produtores precisam respeitar e se enquadrarem nas condições exigidas pela legislação, que são elas: a principal fonte de renda deve vir de atividades provenientes da agricultura, possuir área compatível, não ultrapassar o limite definido como renda bruta e a mão-de-obra deve ser familiar.

É importante destacar, segundo o Ministério de Desenvolvimento Agrário (2017), que o PRONAF é um programa bem estruturado, pois ele oferece muito além de crédito, uma vez que possui vários subprogramas, entre eles: Pronaf Agroindústria, Pronaf Mulher, Pronaf Agroecologia, Pronaf ECO, Pronaf Mais Alimentos, Pronaf Jovem, Pronaf Microcrédito (Grupo "B"), Pronaf Cotas-Partes. Além desses subprogramas é importante atentar aos programas de compras instrucionais, como o de Aquisição de Alimentos (PAA) e o de Alimentação Escolar (PNAE), a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), o Programa Garantia Safra e o Seguro da Agricultura Familiar.

Nota-se que, a agricultura familiar tem grande importância no nosso país e ela vai muito além dos limites territoriais das zonas rurais. Quando se diz respeito a uma área urbana podemos incluir as hortas comunitárias que, se forem utilizadas de forma sustentável (sem o uso de agrotóxicos, pesticidas, entre outros produtos) podem desempenhar um papel transformador da realidade das comunidades onde estão inseridas, seja na questão ambiental, econômica e/ou social (ABREU, 2012).

Para que o processo de desenvolvimento local seja alcançado é necessário a participação da população no melhor uso dos fatores endógenos, a construção de espaços comuns deve acontecer a partir da interação entre os diversos atores: instituições, produtores, sindicatos, entre outros. A partir disso, a horta comunitária pode ser um forte instrumento na busca de melhorias para as comunidades, já que algumas estão esquecidas pelo governo e muitas das vezes os programas públicos não conseguem alcançar o principal usuário, aquele que necessita realmente dos programas.

A partir disso, o trabalho tem como objetivo identificar, norteado pelos discursos dos diversos atores (representantes do poder público, representante do bairro e representante da associação de produtores de hortaliças de Lavras) quais as dificuldades ocasionadas devido à falta de acesso às políticas públicas da agricultura familiar e busca-se também perceber se o projeto é capaz de estimular o desenvolvimento local da comunidade na qual está inserido.

A coleta de dados foi feita a partir do contexto de uma horta comunitária urbana, localizada em um bairro periférico da cidade de Lavras, localizada no sul de Minas Gerais. Esse bairro é um conjunto habitacional construído pela COHAB¹ (Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais), o qual recebeu esse nome, ele beneficia famílias de baixa renda e que precisam de uma moradia. Os atores envolvidos foram: Governo Municipal e EMATER, Participantes da Horta comunitária e a sociedade, por meio da associação de bairro. A partir da análise, foi possível identificar como se dá as dificuldades de acesso às políticas e programas; quais medidas são adotadas pela horta comunitária da COHAB; e como o projeto promove o desenvolvimento local.

A escolha por esse caso se faz pelo fato da COHAB ser um bairro marginalizado, sem muitas oportunidades para seus moradores e que muitas vezes é esquecido e deixado de lado pelo poder público. Nesse sentido, é importante entender o contexto de uma horta comunitária e seus desdobramentos na busca pelo desenvolvimento local.

¹ Companhias de Habitação (COHAB), isto é, “empresas mistas sob o controle acionário dos governos estaduais e/ou municipais” [Azevedo, 1988, p.111] que associavam “a execução de programas setoriais de construção de habitações às atividades financeiras referentes à comercialização” (IBMEC, 1974, p.14).⁶ Em outras palavras, obtinham financiamentos do BNH mediante apresentação de projetos tecnicamente compatíveis com a orientação do banco, e supervisionavam a construção de moradias destinadas às camadas mais pobres da população, de acordo com as prioridades estabelecidas pelos governos locais (os estados, no caso) (SANTOS, 1999, p. 11).

Dessa forma o trabalho parte do seguinte questionamento: quais as dificuldades de se implementar políticas públicas relacionadas a agricultura familiar no contexto de uma horta comunitária? E como uma horta comunitária pode-se tornar indutora de desenvolvimento local?

2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

Nessa seção serão apresentados os conceitos e informações que sustentarão e darão embasamento à discussão e à busca do objetivo geral do trabalho, que é analisar as dificuldades ocasionadas devido à falta de acesso às políticas públicas relacionados a agricultura familiar e se uma horta comunitária é capaz de estimular o desenvolvimento local de uma região. Dessa forma, o referencial está dividido em três tópicos.

O primeiro diz respeito as diversas faces do desenvolvimento, no qual apresenta-se os diversos conceitos relacionados ao desenvolvimento. No segundo, esboça-se uma linha histórica da agricultura, destacando a importância que ela tem desde a colonização brasileira até o surgimento da agricultura familiar. No terceiro tópico, são abordadas e caracterizadas as principais políticas relacionadas a agricultura familiar.

2.1 AS DIVERSAS FACES DO DESENVOLVIMENTO

Para entender o desenvolvimento de um Estado é necessário que se saiba que essa expressão está relacionada a diversos fatores, entre eles: a expansão da economia, da política, da ciência, da tecnologia, das liberdades individuais e dos direitos sociais. Quando se estuda o desenvolvimento percebe-se que existem diferentes teorias sobre o assunto, alguns autores analisam a perspectiva histórica, outros a ambiental e outros se atentam para a participação do Estado no processo de desenvolvimento.

Dessa forma, busca-se entender as teorias sobre o desenvolvimento que vão além do que é defendido por autores como Nurkse (1955), Myrdal (1972), Lal (1987), que defendem um modelo baseado em crescimento econômico, com a presença direta ou indireta do Estado. Nota-se que esse tipo crescimento, não consegue fazer com que as sociedades tenham um desenvolvimento pleno (político, sustentável, local). Por esse motivo, é fundamental entender teorias que vão além desse tipo de modelo e que vão fundamentar a discussão deste trabalho.

Guerreiro Ramos (2009, citado por BOAS et al. 2012) descreve o desenvolvimento a partir de duas teorias (necessidade e possibilidade). A teoria da necessidade pressupõe a existência de uma lei de necessidade histórica que compele toda a sociedade a procurar alcançar o estágio em que se encontram outros países desenvolvidos, sendo uma condição única a ser seguida. A Teoria da Possibilidade, por sua vez, parte da ideia de que não existe um

desenvolvimento único a ser alcançado, cada povo (ou até mesmo cada sujeito) pode buscar um tipo de desenvolvimento, utilizando-se da realidade histórica e social de cada sociedade, utilizando-se de valores objetivos e escolhas particulares.

Hobsbawm (1995, apud QUINTANA e HACON, 2011), trata o desenvolvimento a partir de uma análise humana/histórica, através da aprendizagem adquirida nos eventos anteriores e nas gerações de futuras possibilidades, o sucesso da Grã-Bretanha é um exemplo, o país soube ser flexível com as mudanças promovidas pela Revolução Industrial, sem perder as características conservadoras e seus costumes sociais.

Neste sentido, Rostow (1964) utiliza-se de um argumento semelhante ao de Hobsbawm (1995, apud QUINTANA e HACON, 2011), quando afirma ser necessário analisar o processo histórico de cada sociedade, identificando a fase em que ela está inserida (sociedade tradicional, pré-arranco, arranco, caminho para maturidade, consumo em massa). Outro aspecto diz respeito a participação do Estado no processo de desenvolvimento. Para o autor, esta participação deve ser restrita, devendo ocorrer apenas em momentos de guerra e crises, e, por isso, faz-se necessários investimentos em setores estratégicos para alavancar a economia

Em contraponto, Bava (2004) explica que para atingir o desenvolvimento é necessário que se construa uma relação entre o Estado e a sociedade civil, na qual o Estado deve orientar seus esforços para incentivar e dar condições para a inclusão social, democrática e cidadã de uma população. Para essa finalidade é necessário que se formule políticas públicas que ofereçam suporte para o surgimento de oportunidades.

Sachs (2008), por sua vez, explica o desenvolvimento através de um enfoque ambiental, através de conservação e manutenção da biomassa natural do planeta, na qual devem utilizar de forma consciente os recursos disponíveis. O autor defende que é necessário cuidar das áreas protegidas em faces as pressões externas existentes, além de promover o envolvimento dos diversos atores na discussão da importância desses recursos.

Sen (2009) tem como argumento o desenvolvimento como liberdade. O desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais de que as pessoas desfrutam. É importante ressaltar que essas liberdades dependem de uma base constitutiva que são as disposições sociais, econômicas e dos direitos civis. Sen (2009) explica que é importante entender as liberdades instrumentais e substantivas (aquelas que fazem o indivíduo questionar as coisas), mostrando que as primeiras são meios para alcançar o desenvolvimento e as segundas são o próprio desenvolvimento.

A definição de desenvolvimento sustentável ganha força a partir da década de 1970, a partir das diversas conferências promovidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) que acontecem no mundo, com objetivo de minimizar os impactos gerados pelo desenvolvimento desregulado, e em busca de conciliar as causas ambientais, sociais e econômicas, com vista a garantir melhores condições de vida para as futuras gerações.

Na busca pelo desenvolvimento sustentável é necessário ter em mente o uso consciente dos recursos disponíveis, respeitando o meio ambiente, outra característica importante é que esse modelo deve estar pautado na melhoria das condições sociais de vida da localidade.

Esse “novo” conceito introduz elementos econômicos, sociais e ambientais que são desafiadores do ponto de vista de muitas áreas do conhecimento. A noção de sustentabilidade, tomada como ponto de partida para uma reinterpretação dos processos sociais e econômicos e de suas relações com o equilíbrio dos ecossistemas, parece enriquecedora, demandando a construção de um aparato conceitual capaz de dar conta de seus múltiplos aspectos. (SCHMITT, 1995, citado por ALMEIDA, 1997, p. 44).

Segundo Tabosa et al (2004), desenvolvimento local pode ser entendido como um modelo que busca melhorias no processo socioeconômico, é importante destacar que para o fortalecimento desse modelo é necessário que se tenha o envolvimento de diversos atores na busca por uma melhor qualidade de vida. Nesse sentido, pode se dizer que esse tipo de desenvolvimento representa uma junção entre os demais modelos (sustentável, político, social, econômico).

O conceito de desenvolvimento local representa uma estratégia que deve garantir para o território em questão – seja comunidade, município ou microrregião – uma melhoria das condições sócio-econômicas a médio e longo prazo (Abramovay, 1998). De caráter, fundamentalmente endógeno, este conceito busca um processo sustentável de aproveitamento das oportunidades e capacidades locais, pressupondo a participação de todos os atores sociais e econômicos, públicos e privados (TABOSA et al, 2004, p.3).

Para atingir esse modelo é necessário que se tenha uma participação ativa dos atores. Eles precisam ter capacidade de gerar o seu próprio recurso, tomando decisões e controlando o seu negócio. Tenório (2012) explica que é necessário entender a ideia de cidadania, principalmente a deliberativa, na busca de novos modelos de gestão para atender as comunidades que são cada vez mais complexas. Dessa forma, ela evita que haja diferenças entre os agentes da sociedade, não privilegiando determinados atores em face de outros.

[...] cidadania deliberativa seria aquela prática cidadã não apenas manifestada através de votações periódicas-cada cidadão um voto-, mas de ação direta dentro de espaços públicos democraticamente compostos que desenvolveriam as suas atividades em interação com os poderes públicos existentes (TENÓRIO, 2012, p. 28-29).

Tenório (2012) destaca como um dos principais problemas existentes a questão de mobilização da população, o que pode ocorrer devido ao descrédito da população em envolver com novas atividades, o que pode ocorrer devido ao comodismo presente na sociedade.

Nessa busca pelo desenvolvimento é importante ressaltar a busca pela qualidade de vida, e essa relação diz respeito às necessidades fundamentais do homem, como afeto, liberdade, participação, compreensão, entre outros (MARTIN, 2001).

Desenvolvimento Local como “um processo dinamizador da sociedade local” para melhorar a qualidade de vida da comunidade local, sendo resultado de um compromisso, pelo qual se entende por espaço, como lugar de solidariedade ativa, o que implica mudanças de atitudes e comportamentos de instituições, grupos e indivíduos (MARTIN, 2001, p.26).

Buarque (1999) explica que o desenvolvimento local surge em pequenas unidades territoriais e em pequenos grupos, e que quando ele ocorre há uma alteração na economia e no modo de vida da população. O autor explica que para o processo acontecer é necessário a mobilização da sociedade civil, a partir de atitudes inovadoras e mobilizadoras em torno de um projeto coletivo.

A discussão do desenvolvimento é um tema que pode ir para diversos caminhos. Como vimos, há diferentes formas para uma região se desenvolver, seja social, ambiental ou economicamente. No Brasil, um dos mais importantes setores que move o nosso desenvolvimento é a agricultura e por isso é importante destacar e estudar como ela relaciona e se desdobra no contexto do nosso país.

2.2 A AGRICULTURA NO CONTEXTO BRASILEIRO

A agricultura exerce um grande papel no nosso país, desde os primórdios da nossa colonização, evoluindo das monoculturas para as diversas culturas de produção. Ela garante o nosso consumo interno e responde por boa parte das nossas exportações, sendo assim, um dos principais indicadores do nosso Produto Interno Bruto (PIB).

Analisando o contexto histórico brasileiro, nota-se que grandes acontecimentos ocorreram devido a agricultura. Segundo Nozoe (2006), um dos primeiros relatos é a partir da

colonização portuguesa, que ocorreu de forma exploratória. A coroa dividiu as terras de forma desregulada, beneficiando uma pequena parte da população. Essa divisão fez com que surgissem as Capitanias Hereditárias, e com elas surgissem inúmeros problemas, que permeiam até os dias atuais - a desigualdade promovida pelos grandes latifundiários.

A desigualdade social e a concentração fundiária têm marcado a sociedade brasileira e tem sua origem desde o processo de colonização portuguesa que instaurou o regime de sesmarias que, era o regime de posse da terra vigente em Portugal e que foi transplantado para o Brasil. Nesse regime o agricultor tinha o direito de posse e o rei (ou o Estado) mantinha o domínio das terras. No entanto, no período de colonização apenas os brancos, “puros de sangue” e católicos tinham o direito à posse da terra, enquanto que escravos, índios, judeus, mouros, etc. não tinham o mesmo direito. Assim, os senhores de engenho, que eram “puros” obtinham uma grande área para plantar cana-de-açúcar, enquanto a maioria da população não tinha o direito da posse pela terra, pois eram escravos e índios (MIRALHA, 2006, p. 152).

Nesse período a grande produção era da cana-de-açúcar, um modelo de monocultura que não foi capaz de sustentar o desenvolvimento sozinho. A partir do século XVIII, inicia-se a produção de café, sendo que o seu “auge” viria no século XIX, tornando-se a principal cultura brasileira. A produção de café exerceu grande importância no nosso contexto econômico, pois a partir dela se inicia a abertura da exportação, e outro ponto importante foi a crise da década de 1930. Fonseca (2009), explica que essa crise mundial não aconteceu por um fator, foram diversos aspectos, e, principalmente, a questão da oferta e demanda que não eram capazes de se regular, necessitando de intervenção do governo, como forma de mudar os meios de industrialização e modernização do país.

Em meados da década de 1960, o Brasil começa um processo de modernização da agricultura, na qual busca a inserção de novos procedimentos e novos modelos de exploração da terra.

Somente a partir de meados da década de 1960, a agricultura brasileira inicia o processo de modernização, com a chamada Revolução Verde. Emergem, nessa década, com o processo de modernização da agricultura, novos objetivos e formas de exploração agrícola originando transformações tanto na pecuária, quanto na agricultura. Como consequências do processo são apontados, além da acirrada concorrência no que diz respeito à produção, os efeitos sociais e econômicos sofridos pela população envolvida com atividades rurais (BALSAN, 2006, p. 124).

Essa modernização promoveu mudanças no cenário agrícola, ao mesmo tempo que promoveu a expansão da produção, causou uma exclusão dessa sociedade, além de ocorrer um movimento migratório para as regiões urbanas. Outro aspecto interessante é que as famílias que ficaram “excluídas” desse processo buscaram meios para se manterem. Um dos caminhos

escolhido foi a agricultura familiar. Segundo o Censo 2006, realizado pelo IBGE, 74% da população que exerce atividade no campo está relacionada a agricultura familiar.

Gráfico 1- Número de pessoas que exercem atividade no campo (milhões).

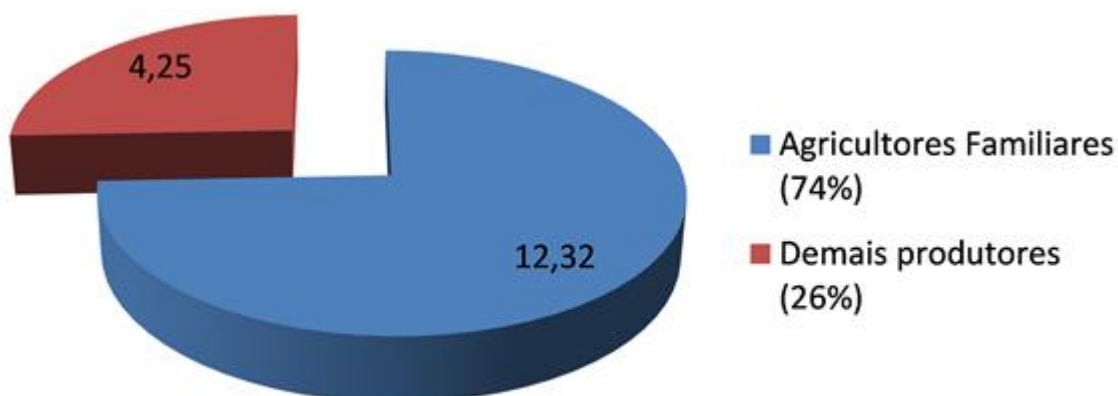


Gráfico elaborado por CoDAF. Fonte: A importância da Agricultura Familiar (sem data).

Segundo o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA, 2017):

A agricultura familiar tem dinâmica e características distintas em comparação à agricultura não familiar. Nela, a gestão da propriedade é compartilhada pela família e a atividade produtiva agropecuária é a principal fonte geradora de renda. Além disso, o agricultor familiar tem uma relação particular com a terra, seu local de trabalho e moradia. A diversidade produtiva também é uma característica marcante desse setor. A Lei 11.326 de julho de 2006 define as diretrizes para formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e os critérios para identificação desse público.

Com a análise dos dados do Censo (2006) percebe-se que a agricultura familiar representa boa parte da nossa produção interna, além disso, ela é responsável por promover o desenvolvimento sustentável da região. Esses produtores utilizam-se de diversas culturas e vem recebendo, nos últimos anos, forte apoio do governo, com a introdução de políticas públicas direcionadas para área.

Gráfico 2- Montante do valor produzido pelo setor agropecuário (em bilhões).

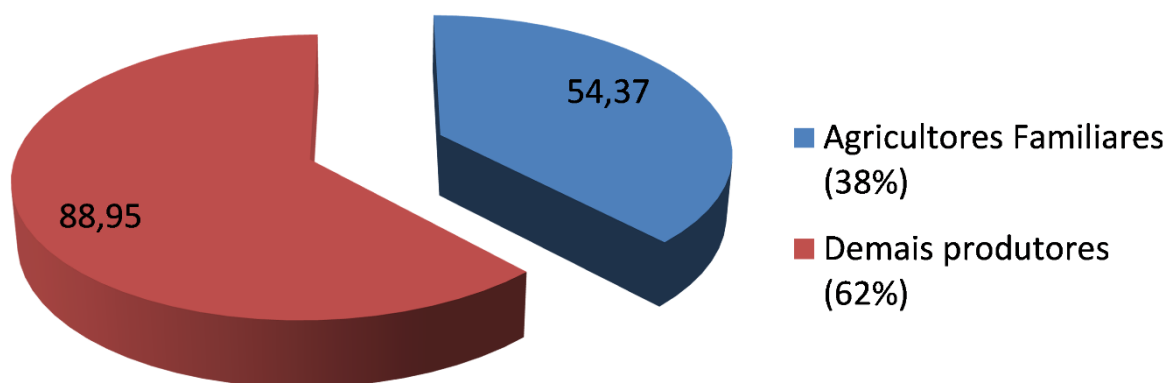


Gráfico elaborado pelo CoDaF. Fonte: A importância da Agricultura Familiar (sem data).

Como se viu, a agricultura tem grande importância para o nosso país, desde a nossa colonização. No entanto, com o processo de industrialização do país, principalmente com a política de substituição de importação aplicada pelo governo brasileiro a partir da década de 1950, impulsionada pelo crescimento das multinacionais e contando com forte financiamento de organizações bancárias internacionais que estimulavam a produção de bens industriais dentro do próprio país (LIMA, 2011), com isso a maior parte das atenções do Governo voltaram-se para o setor industrial que se estabelecia e o setor de produção agrícola acabou sendo negligenciado.

Dessa forma, uma parcela da população acabou sendo esquecida, ou melhor, deixada de lado pelo Estado, e, por isso, uma grande fração da população do nosso país necessita de atenção dos governantes, e como forma de garantir e incluir essas pessoas surgem as políticas públicas. Essas políticas devem agir como meios de garantir que os direitos sejam respeitados e que garantam condições de cidadania para todos. Carneiro (1997) explica que nos últimos anos, as políticas públicas, no que diz respeito ao desenvolvimento rural, tem sido pautada nos pequenos agricultores. Como forma de corrigir os erros passados foram criados diversos programas, como se vê no próximo tópico.

2.3 POLÍTICAS RELACIONADAS A AGRICULTURA FAMILIAR

Antes de analisar uma política pública é necessário conhecer e entender o que significa essa expressão. A literatura traz diversas definições, mas pode-se, sucintamente, entender que

ela diz respeito ÀS ações que são desempenhadas pelos governos para resoluções, ou SUAS tentativas, de problemas sociais. Das Graças Rua (1997, p.1) define que “a política consiste no conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos”.

As políticas públicas são estruturadas em ciclos, que podem ser definidos com diversas fases. Frey (2000) O explica a partir de 6 fases: definição de problemas, agenda-setting, elaboração de programas e decisão, implementação, avaliação de políticas e eventuais correções. Como visto, existe uma grande complexidade para se colocar em execução uma política pública, mas o foco principal do trabalho é a fase da implementação. Um grande ponto a ser observado é que essa etapa deve estar bem amarrada com as anteriores para que não haja falhas na busca do objetivo definido.

Lima e D’ascenzi (2013) explica que a implementação pode ser dividida em duas formas: a primeira perspectiva é centralizada na normalização, onde o papel administrativo, técnico e político devem ser ressaltados. Já na segunda deve levar em consideração os atores e as ações desempenhadas por eles. Sendo assim é possível estudar a implementação a partir dessas variáveis.

Após essa breve explicação é possível identificar e entender as principais políticas relacionadas a agricultura familiar. O PRONAF, é um programa federal que visa financiar e fortalecer as atividades da agricultura família, ele surge no início da década de 1990, momento em que o Estado passa a orientar esforços para regularizar e estimular a classe da agricultura familiar, na qual as pessoas tinham dificuldades em permanecer no campo. É importante destacar que essa política passou por diversos processos até chegar na sua efetividade. Schneider et al. (2004) explica que essa política ocorreu devido à grande pressão que a população rural gerou no governo em busca do desenvolvimento da área, no fim da década de 1980, passando pelas “Jornadas Nacionais de Luta” da primeira metade da década de noventa, e em que 1995 passaram a ser denominadas de “Grito da Terra Brasil”.

Essas “Jornadas” eram organizadas, no início, pela CONTAG, CUT Rural e o Movimento dos Sem Terra (MST), e contavam com a participação de outros movimentos sociais rurais. Destacam-se, também, os intensos debates, no âmbito da Comissão de Agricultura do Congresso Nacional, no período entre 1988 a 1993, quando se estabeleceu a Lei Agrícola. Esse período também foi marcado pelas grandes discussões sobre a Lei Agrária, onde as organizações dos trabalhadores rurais transformaram-se em atores importantes e com grande domínio da agenda pública nos dois temas (SCHNEIDER, 2010, p. 515).

Após esses movimentos sociais e sindicais, os governos de Itamar Franco e do Fernando Henrique Cardoso (FHC) se atentaram a esses atores e passaram a desenvolver medidas que possibilitassem melhores condições de vida para essa população. Percebe-se que não havia nenhuma política pública específica para a área e, por isso, o então presidente Itamar Franco, em 1994, criou o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), que tinha como finalidade oferecer crédito com baixas taxas de juros para os agricultores familiares.

No ano seguinte, em 1995, o governo FHC reformula o PROVAP, tanto em termos de concepção quanto de abrangência, a partir disso, o programa passa a ser denominado PRONAF, sendo considerado até hoje um grande programa relacionado ao apoio dos agricultores familiares.

Art. 16. O PRONAF tem por finalidade promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares e passa a reger-se pelas disposições deste Decreto.

Art. 17. O PRONAF assenta-se na estratégia da parceria entre os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal, estadual, distrital e municipal, a iniciativa privada e os agricultores familiares e suas organizações sociais (BRASIL, 2000).

Ferreira et al. (2003), explica que para participar do programa é necessário se atentar a algumas condicionalidades, como:

[...] possuir 80% da renda com origem da atividade agropecuária; deter ou explorar com área de até 4 módulos fiscais; explorar a terra na condição de proprietário, meeiro, parceiro ou arrendatário; utilizar mão-de-obra exclusivamente familiar, podendo manter até dois empregados permanentes; residir no imóvel ou em aglomerado rural ou urbano próximo e possuir uma renda anual máxima de até R\$ 27.500,00. (FERREIRA et al. 2003, p. 436).

De acordo com o MDA, existem diversos programas e subprogramas direcionados a agricultura familiar, essas políticas dão suporte para que as famílias permaneçam ativamente com suas atividades agrícolas. O quadro a seguir irá apresentar as principais políticas relacionadas a agricultura familiar.

3- Quadro- Principais Políticas Direcionadas à Agricultura Familiar.

Políticas Públicas	Definições
PRONAF	O programa financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária.
ATER	É uma política pública que leva assistência técnica às propriedades rurais. Melhora os processos no trabalho e, conseqüentemente, a qualidade de vida dos agricultores.
PAA	Por meio do Programa, criado em 2003 e atualizado pela Lei no 12.512/2011, os órgãos públicos federais, estaduais e municipais podem adquirir os alimentos diretamente dos produtores.
PNAE	Instituído pela Lei no. 11.947/2009, o Programa prevê a compra de ao menos 30% dos alimentos provenientes da agricultura familiar para serem servidos nas escolas da rede pública de ensino.
PROGRAMA DE CADASTRO DE TERRA E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	Para garantir a permanência dos agricultores familiares na terra, o MDA criou esse programa para assegurar juridicamente a posse do imóvel ao trabalhador do campo.
PNCF	Facilitar o acesso à terra e aumentar a renda dos trabalhadores rurais é o objetivo desse programa. Ele financia a aquisição de imóveis rurais não passíveis de desapropriação.

Fonte: Políticas Públicas para Agricultura Familiar-MDA (2013).

cont. 3 Quadro- Principais Políticas Direcionadas à Agricultura Familiar.

TERRA FORTE	O programa visa estimular e apoiar o incremento de renda nos projetos de assentamento por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, experiências e potencialidades locais
-------------	--

Fonte: Políticas Públicas para Agricultura Familiar-MDA (2013).

Segundo Souza-Esquerdo e Bergamasco (2014) explica que a agricultura familiar, historicamente, sempre foi excluída das políticas públicas. Os esforços do Estado e os recursos eram destinados para os grandes produtores que tinham como finalidade a exportação. Esse fato fez com que ocorresse uma modernização desigual no campo, e, com isso, a agricultura familiar ficou em segundo plano.

Souza-Esquerdo e Bergamasco (2014) explica que essa ideia começa a mudar a partir dos anos 90. O Estado passa a implementar políticas públicas direcionadas para os pequenos produtores e aos empreendimentos familiares, reconhecendo esse setor como categoria social e produtiva.

Percebe-se que para relacionar a agricultura familiar com desenvolvimento local é importante entender como se estabelece o desenvolvimento de uma região, a partir das diversas teorias, entendendo o que a agricultura, em especial a familiar, representa no nosso país e como as políticas, programas públicos podem ser o elo de ligação entre essas duas áreas.

3 METODOLOGIA

O objetivo desse trabalho é identificar, a partir da análise de narrativa construída pelos diversos atores (representantes do poder público, representante comunitário e participantes da horta comunitária), as dificuldades encontradas pela falta de acesso aos programas e/ou políticas públicas na horta comunitária e se esse projeto consegue estimular o desenvolvimento local da comunidade na qual está inserida.

A escolha por esse caso acontece pelo fato da COHAB ser um bairro periférico da cidade de Lavras, Minas Gerais, no qual se tem uma visão de ser um bairro perigoso e sem oportunidades para seus moradores. Além desses fatos, a importância dessa horta para a localidade instiga o seu estudo, já que ela criou um ambiente onde é possível que as pessoas plantem e tirem dali seus alimentos, e a melhoria da estrutura próxima a ela, com ruas pavimentadas, saneamento básico e com um ambiente limpo, bem cuidado. Dessa forma, se faz necessário entender o seu funcionamento, quanto para servir de exemplo para projetos semelhantes em outras localidades.

A metodologia de pesquisa utilizada neste trabalho é baseada na abordagem qualitativa, onde os dados coletados terão como objetivo explicar o porquê da instalação da horta, como é sua estrutura, qual a relação entre os diversos atores, a existência de políticas públicas nesse ambiente e se por meio da horta comunitária há um estímulo ao desenvolvimento local. É característico da pesquisa qualitativa um contato mais amplo e aprofundado com o objeto de estudo, no qual se busca uma oportunidade de conhecer a realidade vivenciada por diferentes atores e os desafios práticos que se impõem a eles.

A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento chave: os estudos qualitativos têm como preocupação básica o mundo empírico em seu ambiente natural. No trabalho de campo, o pesquisador é fundamental no processo de coleta e análise de dados, por isso não pode ser substituído por nenhuma outra pessoa ou técnica: é ele quem observa, seleciona, interpreta e registra os comentários e as informações do mundo natural (ZANELLA, 2009, p. 75/76).

O trabalho parte de um estudo de caso exploratório que visa identificar os problemas gerados pela dificuldade em se implementar programas e políticas públicas no contexto da horta comunitária e como ela é utilizada como meio de desenvolvimento da localidade.

A coleta das informações primárias foi feita por meio de roteiro de entrevista. Os roteiros foram construídos a partir do embasamento teórico do trabalho. As teorias apresentadas possibilitaram a construção de questões que norteiam o assunto e ajudaram a ter uma análise

crítica sobre o assunto. Esses roteiros são apresentados no fim do trabalho, nos anexos. O anexo A consiste no roteiro utilizado com o gestor da secretaria de Assuntos Rurais e Servidores da EMATER; o anexo B é apresentado o questionamento realizado com o presidente da associação de produtores de hortaliças; o anexo C foi utilizado para a entrevista com o representante do Bairro.

As entrevistas foram realizadas com atores que se relacionam no contexto da horta, são eles: representante do bairro, com o intuito de ter a visão da associação de bairro sobre a horta; presidente da horta comunitária, pois é um ator atuante nesse ambiente, já que cuida e organiza a gestão da horta, representante do poder municipal e servidores da EMATER. Essas entrevistas foram feitas por acessibilidade, a partir da facilidade de aproximação e contato com os atores envolvidos (VERGARA, 2015).

A escolha inicial diz respeito aos principais interessados nesse processo, já que os moradores da comunidade são usuários diretos do projeto. Nesse sentido, a opção inicial era por entrevistar o presidente da associação do bairro, mas chegando na comunidade identificou-se que a associação de bairro estava desativada desde 2014, entretanto o discurso de um morador engajado, participativo dos movimentos sociais do bairro e que conhecesse a história da COHAB era fundamental para o trabalho, pois essas informações mostrariam como se delineou o desenho, a origem da horta e seus desdobramentos quanto ao desenvolvimento local, na visão da associação

Por esse motivo, buscou-se informações sobre atores que fossem atuantes na comunidade, por meio do método Bola de Neve, (VINUTO, 2014), que consiste na ideia de um indivíduo indicar outro, e este indicar outro, sucessivamente, até que se ache o entrevistado definido no trabalho. A partir de conversas com os moradores, foi indicado o entrevistado V, que sempre atuou nos movimentos sociais e participou ativamente da associação de moradores. As conversas com esses moradores tinham como objetivo achar pessoas que com o perfil desejado e por isso esses sujeitos não foram escolhidos como atores do trabalho.

Além disso, foi necessário entrevistar o presidente da associação de produtores de hortaliças, que é a associação composta pelos moradores que usufruem da horta comunitária, como produtores, entrevistado R, que clareou a estrutura e funcionamento da horta comunitária. A escolha acontece pelo fato dele ser uma figura importante, respeitada, no contexto da horta e por ser uma pessoa que sempre toma frente dos assuntos relacionados a esse ambiente e,

portanto, poderia trazer contribuições pontuais, já que ele traria uma visão da direção da associação.

Também foram entrevistados o secretário de Assuntos Rurais do município, Gestor D, e servidores da EMATER, Extensionistas E e C, no intuito de conhecer o lado público (ou oficial) da história, definindo quais programas e/ou políticas estão inseridas no contexto da comunidade. Porém, cabe destacar que não se teve o intuito de analisar apenas a história tida como oficial pelo poder público, mas também aquela que é (re)construída no cotidiano daqueles que conhecem e (res)significam a horta. Isto porque, a história não é algo linear, mas sim fragmentado.

Os dados coletados foram analisados por meio de análise de narrativa (JUNQUEIRA MUYLAERT et al, 2014), que a partir de conversas é possível construir um texto explicativo sobre os eventos que aconteceram em determinado ambiente. Nesse tipo de análise é necessário entender quais e como as informações foram transmitidas, levando em consideração o tempo, espaço e posição dos diversos atores. Com essa técnica foi possível tecer uma análise reflexiva de como se dá as relações e os acontecimentos no ambiente local da horta.

No tópico seguinte, são apresentados e discutidos os resultados da pesquisa.

4 ANÁLISE E RESULTADOS

Para responder à questão que norteia este trabalho, é necessário contextualizar a horta comunitária, destacando como ela surgiu e o ambiente em que ela está inserida. Após essa compreensão, a análise inicia-se em torno da problemática, na qual busca-se a partir das diferentes visões entender o funcionamento das políticas públicas relacionadas a agricultura familiar na horta comunitária, e por fim, mostrar como a horta é importante para atingir o desenvolvimento local da COHAB.

4.1 O contexto de criação da Horta Comunitária e o perfil dos agricultores

Segundo informações de todos os entrevistados, a área em que a horta está localizada era usada como um local de descarte de lixo. Tal fato trazia diversos problemas para a comunidade. O aparecimento de animais peçonhentos e insetos eram constantes e isso gerava um mal-estar entre os moradores locais, pois além de ter os problemas relacionados a saúde, era uma área esteticamente feia, que não tinha outra utilidade que não fosse acumular lixo.

Por esse motivo, um grupo de moradores, no ano de 1999, resolveu se juntar e solicitar providências à prefeitura municipal. Essa atitude tomada pelos moradores vai muito ao encontro do que diz Bava (2004). Para ele, é necessário que se estabeleça relações entre o poder público e a sociedade civil na busca por melhorias de um contexto local. Neste sentido, a primeira proposta defendida foi a construção de uma praça, mas não era o desejo de todos, pois os moradores buscavam algo que levasse ao envolvimento da população, como forma de preservação e utilização desse espaço.

Nesse sentido, o prefeito da época resolveu implantar uma horta comunitária, não só no bairro da COHAB, mas também em outros dez pontos estratégicos da cidade, que tinham o espaço necessário e o interesse pelo projeto, o que vai ao que defende Ramos (2009, citado por BOAS et al. 2012) com sua Teoria da Possibilidade, na qual o indivíduo busca formas de se desenvolver a partir das suas características, valores e contexto em que se encontra. É válido destacar que a ideia foi bem aceita pelos moradores da COHAB, principalmente pelo fato de ser algo que traria benefício para as famílias, já que o objetivo da horta era que a produção dos alimentos ajudasse as famílias locais que não tinham condições de ter uma verdura em suas mesas.

O presidente da associação, entrevistado R, explicou que a horta tem uma área de doze mil e seiscentos metros, contendo uma área de preservação permanente e um total de dezoito nascentes na cabeceira, onde se encontra o início de uma mata nativa. Ele ressalta que dentro

da cidade, essa deve ser a área com maior concentração de nascentes, o que torna esse ambiente ainda mais privilegiado.

Imagem 4- Localização aproximada da área da Horta Comunitária da COHAB



Fonte: Google Earth (2017)

Muitas das famílias que fazem parte da horta comunitária, são de baixa renda que não conseguem custear as hortaliças da sua alimentação e por isso utilizam os seus espaços para produzir o que acham necessário para o consumo familiar. Hoje em dia, a horta não possui famílias só da COHAB, tem pessoas de outras regiões, como da zona norte e bairros vizinhos. Então o projeto não beneficia só os moradores do bairro, ele atinge um universo mais amplo.

Segundo o entrevistado R, a horta tem uma produção bem diversificada de hortaliças, pode-se citar a produção de alface lisa, alface crespa, alface americana, escarola, almeirão, cana de açúcar, agrião, rúcula, espinafre, beterraba, salsa, cebolinha, coentro, salsão, alho poró, cebolinha de alho, couve, acelga, couve chinesa, brócolis, couve flor, repolho, pimenta, pimentão, tomatinho cereja, entre outros. É válido destacar que alguns dos produtores utilizam a horta como forma de garantir a subsistência familiar e outros a utilizam como uma segunda fonte de renda, já que comercializam a produção para o restante da população que busca hortaliças mais frescas.

4.2 Relações existentes entre os diversos atores sociais envolvidos no cenário ampliado da horta comunitária

A relação existente no âmbito da horta comunitária é algo que deve ser ressaltado. Na fala dos atores entrevistados fica claro como ela é vista e como esse fato é importante para que a associação permaneça em busca da melhoria de condições de vida, social ou econômica, dos seus membros.

A horta hoje em dia aqui é uma grande família, se tornou uma grande família porque a gente convive praticamente mais com o pessoal aqui dentro do que o pessoal de casa, a gente passa o dia inteiro [na horta] [...] praticamente na parte da manhã, [e] na parte da tarde (RELATO DE ENTREVISTA, ENTREVISTADO R).

Aquela horta ali ela tá bem estruturada, você olha lá, você vai lá [na horta] você ver, não tem nenhum espaçozinho assim que não esteja plantado e todos os quarenta e cinco associados lá cuida direitinho, dão valor (RELATO DE ENTREVISTA, GESTOR D).

Nesse sentido é válido destacar a relação presente dentro da associação. Os membros respeitam e cuidam dos seus espaços, o que faz com que esse ambiente se torne um terreno fértil, que pode ser usando para ampliar as relações com outros atores, que são de total importância para o funcionamento e manutenção da horta.

Outro fato de suma importância é que a associação transmite informações para auxiliar no processo de cultivo das hortaliças. Há cartilhas, distribuídas por eles, que trazem informações acerca de como se deve fazer a rotação de cultura e a melhor época de plantio. Além disso, se a pessoa ainda tem dúvida, ela tem à disposição um quadro, que fica no interior de uma estufa no espaço físico da horta, construído a partir do conhecimento empírico, com as informações necessárias. Esse fato vai muito ao que defende Hobsbawm (1995, apud QUINTANA e HACON, 2011), para ele, o indivíduo utiliza-se do seu conhecimento e experiência para auxiliar nos processos e buscar melhorias. Portanto, a plantação é feita de acordo com a estação do ano ou utiliza-se aquelas hortaliças que podem cultivar o ano inteiro.

É importante ressaltar que a horta vai além da COHAB, além dos membros de outros bairros, como descrito acima, a associação fornece mudas para qualquer pessoa que procure e que tenha vontade de produzir o seu próprio alimento, seja em suas casas, escolas, ou projetos sociais. Além das mudas, a associação oferece orientação, os membros se colocam a disposição para ajudar no que for necessário a quem necessita.

A partir dessa contextualização de como surgiu e como é o dia a dia da horta, é válido explicar o ambiente em que ela está inserida. O entrevistado V, que reside na COHAB desde o

ano de 1992, explica que grande parte dos moradores da comunidade não procurou participar das questões políticas e sociais, e que há poucas pessoas que se interessam em buscar ações para o coletivo.

A partir do ano de 1994, diversos movimentos populares iniciaram-se como: o movimento religioso da igreja católica, Olho Vivo, que buscava ajudar as pessoas que necessitavam de um apoio, emocional ou físico, e a associação de bairro. O entrevistado V destaca que a associação desempenhou um papel muito importante, pois as melhorias que houveram no bairro se devem as buscas do movimento social promovido pela igreja. Teixeira (2002) explica que mudanças mais amplas de um ambiente só acontecem quando se alteram a composição do poder político, mas um instrumento forte que pode ser utilizado para iniciar-se uma transformação são os movimentos sociais, principalmente quando eles são usados para propor alternativas, debates e não somente usados como forma de críticas, e de favorecer interesses restritos, particulares. Dessa forma a sociedade civil passa a participar ativamente dos processos políticos e suas demandas são atendidas de uma forma mais efetiva.

O entrevistado V confirma o que foi dito pelo entrevistado R, sobre a horta comunitária. Ele lembra que a ideia inicial era a construção de uma praça e a proteção das nascentes e da pequena mata que se encontra lá, mas por ser uma área muito extensa ficaria difícil cuidar e proteger os recursos naturais. Dessa maneira a ideia da horta ganhou força, mas ela demorou a sair do papel pois houve falta de interesse por parte do poder público em colocar em prática essa ideia. Ele explica que um grande problema do bairro é a falta de participação da comunidade na busca por melhores condições de vida.

Todos os lugares que tem muitas necessidades, enfim, aparece pequenos grupos, poucas pessoas, querendo fazer, é, querendo atender, as necessidades daquela comunidade, a grande maioria cruza os braços, procura não entender que, é, só se ganha o que se busca se tiver coletividade, se tiver união (RELATO DE ENTREVISTA, ENTREVISTADO V).

Ele lembra ainda que esse não é um problema só da COHAB, é algo cultural do brasileiro, não temos uma cultura voltada para o trabalho coletivo, as pessoas querem resolver somente o seu problema e esquecem do seu próximo, ele ressalta que é somente com a união da comunidade que vai conseguir resolver os problemas que aparecem. Nesse sentido, a fala do entrevistado ressalta o que defende Tenório (2012), existe um comodismo e um descrédito da população em se mobilizar nas causas públicas, que buscam ajudar o coletivo.

Ele explica que apesar de todos os problemas que a comunidade possui são inegáveis as melhorias no bairro que vieram a partir da implantação da horta, não existe mais aquele espaço sem utilização, que servia como depósito de lixo e criadouro de insetos e animais. Essas

mudanças, muitas das vezes, passam despercebidas por muitos moradores, mas o trabalho da associação, em especial o do presidente, é muito importante. Nesse sentido, esse espaço se torna um instrumento de desenvolvimento local sustentável, pois como afirma Buarque (1999, p. 31) este é um “processo de mudança social e elevação das oportunidades da sociedade, compatibilizando, no tempo e no espaço, o crescimento e a eficiência econômicos, a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social”.

O bairro passou a ser visto com outros olhos pela população do município, abandonando o rótulo de ser somente violento, sem qualquer tipo de organização. Além disso a divulgação da horta fez com que o poder público se atentasse para problemas estruturais do bairro, como o cuidado com as ruas que dão acesso a horta e a proteção da área, com uma cerca que foi feita recentemente, sendo uma grande melhoria, não só para a horta, mas também para todo o bairro pois dá uma sensação de organização e inibe que aconteçam atos de vandalismo.

4.3 Horta comunitária e o acesso às políticas públicas

É válido destacar que o problema que norteou este trabalho foi identificar se as políticas públicas e os programas municipais relacionados a agricultura familiar são capazes de estimular o desenvolvimento local de uma região, porém, a partir da coleta de dados, foi possível identificar que a horta comunitária é uma iniciativa de promoção de desenvolvimento local, porém, a maioria das políticas públicas da agricultura familiar não chegam até a horta comunitária.

Nesse sentido é importante elencar os motivos que levam a essa falta de acesso às principais políticas direcionadas para a agricultura familiar. O primeiro ponto diz respeito ao fato da horta comunitária se localizar em área urbana, isso faz com que o seu público, ou membros, seja diferente do que é visto na zona rural. Grande parte dos produtores são pessoas que utilizam essa produção como um incremento de suas rendas ou utilizam para ampliar, melhorar a qualidade de sua alimentação. Vale ressaltar, que normalmente são pessoas aposentadas ou encostadas que participam dessas associações, portanto elas já têm uma fonte de renda, em consequência disso esses membros não se enquadram nas condicionalidades impostas pelos programas, já que a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) é o ponto primordial para acesso às políticas. Logo abaixo será desmembrada detalhadamente essas informações.

Monte-Mór (2004) explica que a relação entre cidade e campo eram coisas distantes no início da colonização brasileira, a cidade era lugar de festas, comércio e o campo estava

relacionado com a produção agrária. Mas esse fato com o passar dos anos foi se alterando, a campo se torna dependente dos serviços e tecnologias das cidades, e as cidades precisam do campo para atender às suas necessidades. Nesse sentido percebe-se que há uma interligação entre as duas áreas, e por esse motivo as políticas deveriam levar em consideração as particularidades de cada área e não excluir, ou impedir, produtores que utilizam de meios agrários como uma segunda renda, dentro de cidades, do acesso as políticas públicas.

Arruda (2006) explica que um grande problema da Agricultura Urbana é que ela é relacionada a políticas sociais, diferente da Agricultura Rural que está relacionada a economia e práticas agrícolas. Esse fato é algo importante e que deve ser analisado, as tomadas de decisões levam em consideração essas questões, o que faz com que as políticas públicas se orientem a esses quesitos.

A autora explica que as políticas da Agricultura Urbana são, no geral, de abrangência nacional ou estadual, mas que o âmbito municipal pode formular e implementar ações para o desenvolvimento do setor. Arruda (2006) cita como exemplo o caso de Campinas-SP, no qual a gestão municipal tomou iniciativa e criou o Programa de Hortas Comunitárias, que tinha como parceiro o programa Fome Zero, do Ministério do Desenvolvimento Social.

Os extensionistas da EMATER explicam que no caso da horta comunitária da COHAB, a única política pública presente é o programa social do estado de Minas Gerais, chamado Minas Sem Fome, que busca promover o desenvolvimento integrado de associações e comunidade que precisam de ajuda para estimular sua produção. Esse programa, conduzido pela EMATER, tem como objetivo diminuir a pobreza, incluir as pessoas num processo de cidadania e gerar uma inclusão produtiva. Segundo o site da EMATER (2017), os beneficiários desse programa são a população rural ou urbana que se encontra em condições vulneráveis. Para ter acesso a ele é necessário que essa população faça parte de associações comunitárias ou que sejam agricultores familiares.

Voltando ao questionamento, a extensionista C explica que a grande dificuldade de acesso às políticas públicas acontece pelo fato da horta ser considerada agricultura urbana e pelo fato dos membros utilizarem ela como uma segunda fonte de renda, já que a grande maioria é aposentada, o que faz com que a renda principal não seja proveniente da agricultura familiar. Dessa forma, eles não se enquadram nos requisitos estabelecidos para acessarem as políticas voltadas para a agricultura familiar e como eles já são beneficiados de alguma forma, pela aposentadoria, não é interessante para o governo apoiar esses projetos.

[...] não tem política nenhuma relacionada a ela [horta] [...] não tem uma política específica, as políticas do governo são direcionadas a agricultura familiar [...] oficialmente eles não são agricultores familiares (RELATO DE ENTREVISTA, EXTENSIONISTA C).

Outro ponto importante é que o MDA só reconhece como produtores rurais aqueles que possuem a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que é o registro dos produtores, por que exerce notável influência já que é devido a ele que se tem o acesso diferenciado às diversas políticas públicas estabelecidas, como o PAA, PNAE, PRONAF dependem diretamente desse cadastro. Vale ressaltar que os membros da associação não possuem o cadastro devido a não se enquadrarem nas condicionalidades necessárias, que de acordo com a Lei nº11326/2006, só é considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

O extensionista E, resalta a fala da extensionista C, e explica que a questão é a seguinte: o pessoal da associação, a maioria deles são aposentados ou afastados por invalidez, então, isso faz com que essas pessoas não sejam consideradas produtores rurais. Se a EMATER fizer algum tipo de cadastro, na tentativa de enquadrar os produtores urbanos como produtores rurais, é possível que os benefícios deles sejam cortados e sejam considerados aptos a trabalhar. Portanto, não é possível burlar o sistema e incluir a horta comunitária dentro das principais políticas relacionadas à agricultura familiar.

o pessoal da associação lá, a maioria lá ou são aposentados, ou são afastados, afastados por invalidez, entendeu? Então [...] como que eu vou colocar eles como produtor rural [fazer a DAP]? [...] Eu não posso, se não eles cortam a aposentadoria deles e eles podem trabalhar (RELATO DE ENTREVISTA, EXTENSIONISTA E).

Diante disso, apresentou-se um certo impedimento para que se desse andamento à pesquisa, já que a proposta do trabalho consistia basicamente em entender quais políticas públicas estavam presentes no espaço da horta e como elas estimulavam o desenvolvimento local, mas a realidade encontrada no campo de pesquisa fez com que houvesse uma reformulação do problema inicial. Nesse sentido é importante destacar a necessidade de conhecer a realidade do ambiente em que pretende-se estudar, para que assim não ocorram dificuldades e limitações na realização do mesmo. Dessa forma, o problema de pesquisa passa

a ser: quais as dificuldades de se implementar políticas públicas relacionadas a agricultura familiar no contexto de uma horta comunitária? E como um projeto desses se torna indutor de desenvolvimento local?

Como visto, os produtores da horta comunitária não conseguem acessar as políticas públicas, tendo como obstáculo o fato deles não se enquadrarem na categoria de agricultores familiares. Apesar de exercerem uma atividade agrícola e familiar, esses produtores são descaracterizados, já que não possuem a DAP, e como Arruda (2006) explica essa categoria é mais relacionada com setores sociais, não relacionando muitas das vezes com a questão agrária.

Outra questão importante é o fato da implementação das políticas públicas, percebe-se que há uma falta de comunicação e de interligação entre os diversos setores, o que dificulta ainda mais o acesso a elas. Matland (1995) citado por Lima e D'ascenzi, (2013) explica que o grande problema, nesse sentido, é que quem formula, normalmente, não é quem as executa, ou seja, eles não levam em consideração o contexto em que os atores estão envolvidos, inseridos, o que gera um desconhecimento das dificuldades que acontecem no dia a dia.

O entrevistado R ressalta as dificuldades encontradas na distribuição e comercialização da produção, o que é devido à falta de acesso às políticas públicas. Ele cita como exemplo uma tentativa de contato com a secretaria de educação, para oferecer hortaliças para as escolas. Segundo ele, a associação tem interesse e tem condição em atender, só que não consegue pelo fato de existir uma burocracia e não ter acesso a políticas como o PAA, PNAE, por exemplo. Nesse sentido, percebe-se que há um desconhecimento em relação ao acesso as políticas, pois esses produtores não podem oferecer alimentos e participar, por exemplo, do PNAE, porque eles não possuem a renda principal proveniente da agricultura familiar, o que os impede de ter acesso à DAP.

Outro aspecto levantado pelo presidente da associação é o fato de não existir um interesse por parte da classe política em promover esse projeto e melhorar as condições de infraestrutura da horta. Esse fato vai muito no que diz Bava (2004) pois a falta de relação entre os atores envolvidos, dificulta e faz com que não haja políticas ou programas mais efetivos para as comunidades. O entrevistado R explica que a grande parte dos vereadores só aparece no período de eleições e depois somem, esquecem que esse é um projeto social que deu certo e que poderia beneficiar mais famílias, da comunidade e de bairros vizinhos, que necessitam.

Isso aqui é um projeto social, e deveria ter um projeto social desse aqui lá no caminho das águas, no Judith, aqui do lado, porque lá tem família de baixa renda, família que se tivesse aumentado uma horta dessa lá, e, num sei, isso aqui era uma ajuda muito grande pra eles, muito grande, muito grande porque são pessoas que as vezes não tem como, chega no final de semana e as vezes não tem uma folha de couve pra comer e ainda tem que sair pra comprar, então, as vezes nem sai pra comprar, come lá o arroz puro porque o projeto desse aqui pra eles lá em cima, igual pra nós aqui, seria de grande utilidade. (RELATO DE ENTREVISTA, ENTREVISTADO R).

Esse fato mostra a preocupação com a questão social e com a necessidade da expansão de projetos semelhantes que propiciem melhorias na vida de pessoas que não tem oportunidade de ter uma renda e que por isso acabam tendo dificuldade em manter e oferecer uma alimentação básica para seus familiares.

O presidente da associação explica, ainda, que não possui nenhum tipo de recurso para manter a horta em atividade, e como não tem políticas públicas que chegam até eles, é necessário que se corra atrás de contatos com deputados, na busca de recursos extras, mas que na maioria das vezes ele não é atendido, o que limita a ampliação do projeto e reduz a possibilidade de ajudar outras pessoas.

Além da dificuldade de acesso às políticas, existe dificuldade em estabelecer um contato mais rápido com os chamados burocratas de ruas, que no caso são as secretarias municipais de assuntos rurais, meio ambiente, entre outras. Ele explica que esses atores não se preocupam com o que está acontecendo, o que está sendo feito, o que está faltando, e que falta por parte deles um apoio básico.

O entrevistado V afirma que há falta vontade política. Ele explica que a vontade política, só existe na política de retorno e que os políticos da cidade não veem a horta comunitária como retorno, então não existe essa vontade em ajudar. Ele dá o exemplo das outras hortas comunitárias que foram criadas em outros bairros e que nenhuma delas continua em atividade, devido à falta de auxílio do poder público e falta de uma associação.

O gestor D em sua fala, confirma o discurso dos outros atores, ele alega que as vezes é falta de interesse da administração, porque tem que ter um interesse, um incentivo, senão essas pessoas sozinhas não conseguem caminhar. Buarque (1999) explica que as experiências de sucesso, que induzem ao desenvolvimento, vêm de decisões políticas que levam em conta o ambiente social, e que sem esse olhar para o coletivo é possível que as ações não se efetivem. O gestor ressalta que hoje em dia diversas ações vêm sendo planejadas, e uma delas é a parceria com a universidade federal sediada na cidade que ajudou a melhorar o ambiente da horta.

É importante destacar que apesar das dificuldades encontradas para inserir a horta no contexto das políticas relacionadas às políticas da agricultura familiar, as parcerias com a universidade federal e a EMATER são muito importantes, pois fazem com que as organizações melhorem sua gestão e alcancem efetivamente os seus objetivos

Nunes e da Cruz Silva (2011) explica que a universidade desempenha um papel estratégico numa sociedade, com ensino, pesquisa e extensão. Ela precisa formar profissionais capacitados que consigam atuar no mercado com uma visão técnica e crítica dos fatos. A autora explica que a extensão é um ponto importante, no qual a universidade deve se atentar às transformações sociais. Além disso, esse processo se torna uma troca de conhecimentos, onde todos os envolvidos aprendem com as experiências. Nesse sentido, o elo existente entre universidade, horta e até mesmo com a EMATER se torna imprescindível, já que dessa parceria se beneficiam todos.

O presidente da associação, explica que sempre que precisou foi atendido, e que, principalmente, a UFLA exerce grande importância na manutenção da horta. Os projetos desenvolvidos pelos professores auxiliam na melhoria da estrutura e ajudam os membros da associação a terem uma maior capacidade de cuidar dos seus espaços e manterem sempre ativos, com alguma plantação.

Nesse sentido, a extensionista C explica a parceria com a UFLA alterou não só a horta, mas também toda a comunidade, já que a divulgação do projeto fez com que melhorasse o ambiente da localidade, que era mal vista pelo restante da cidade. Além dessa parceria, ela lembra que a gestão atual se mostra mais preocupada com o que diz respeito à horta, há algumas ações que vêm sendo desenvolvidas, entre elas: a ministração de palestras, com o objetivo de ampliar a produção agroecológica, e a busca pela comercialização da produção excedente. O secretário de agricultura explica que os projetos desenvolvidos com a ajuda da universidade expandiram a área cultivável, além do que foi possível recuperar uma nascente que corria o risco de acabar. Essa utilização consciente dos recursos naturais, relaciona a teoria de Sachs (2008) na qual defende a necessidade de uma utilização consciente dos recursos na busca por um desenvolvimento. Outra questão é que hoje em dia, há uma maior preocupação com a produção sustentável na horta, a água utilizada vem das próprias nascentes, e isso gera uma reação em cadeia, já que além da melhor utilização dos recursos naturais, há uma grande economia, já sendo necessário pagar pelo consumo.

Como visto as parcerias exercem grande importância no contexto da horta comunitária, e isso faz com que a melhor estrutura desse ambiente possibilite que ela seja um instrumento mais efetivo na busca pelo desenvolvimento local, que segundo Martín (2001) só se atinge a

partir da mudança do comportamento e do envolvimento dos diversos atores (instituições, grupos e indivíduos).

4.4 Horta comunitária e o estímulo ao desenvolvimento local

Tentando relacionar a horta com a busca de um desenvolvimento local, é possível verificar que há uma unanimidade sobre a sua importância e as melhorias geradas no bairro. Mas quando se trata de desenvolvimento local é importante destacar que esse processo diz respeito a várias variáveis, sociais, econômicas, sustentável, e com a análise foi possível verificar que a horta está no caminho, o estabelecimento de uma associação para organizar e buscar melhorias para um todo é o ponto principal conquistado até o momento, mas nota-se que falta mais algum tempo para modificar e melhorar a localidade, pois ela não promove, ainda, um espírito coletivo em um todo, fato que acaba sendo recorrente como explica Tenório (2012).

Furtado (2017) explica que o desenvolvimento local deve ser entendido como a interação entre social, econômico, ambiental e político, realizada por meio de instituições, organizações, que exercem um papel importante dentro do contexto local, pois elas são capazes de realizar um planejamento estratégico baseado na realidade em que os atores estão inseridos. Nesse sentido nota-se que a horta comunitária é um instrumento que pode ser utilizado para atingir esse modelo, a criação desse ambiente possibilita as pessoas uma maneira de se articularem, seja com a finalidade de melhorar socialmente ou economicamente.

Neste sentido, é importante ressaltar que o desenvolvimento advindo com a construção deste espaço coletivo da horta, embora não aconteça por meio do acesso às políticas públicas, se constitui como um terreno fértil para o desenvolvimento, se for levado em conta a geração de renda, mesmo que de forma complementar à renda principal das famílias, e o cultivo de subsistência que também é uma iniciativa do desenvolvimento local do bairro, do ponto de vista social, pela integração que pode acontecer entre os membros da horta e da população que necessita deste auxílio.

Como visto anteriormente, a falta de participação e envolvimento da comunidade é um dos maiores obstáculos no desenvolvimento dessa localidade. Tenório (2012) explica que para atingir essa finalidade é fundamental a participação, da cidadania deliberativa, onde há o envolvimento dos atores nas transformações do ambiente. Monteiro e Monteiro (2006, p. 51) explica que para atingir e promover o desenvolvimento é necessário se basear no seguinte tripé: “a governança, a organização da sociedade e a distribuição de ativos sociais, sem, contudo, esquecer a preservação e conservação do meio ambiente.

Em alguns pontos, nota-se que essa iniciativa de desenvolvimento já acontece de formas parciais. Hobsbawm (1995, apud QUINTANA e HACON, 2011) explica que para buscar o desenvolvimento é necessário que se utilize os recursos disponíveis de forma mais consciente. É necessário que se veja as experiências/aprendizagens passadas e consiga melhorar e produzir possibilidades na busca de melhores condições.

Nesse sentido, a horta conseguiu transformar socialmente uma parcela da comunidade realçando os valores existentes e dando condições adequadas para se manterem no meio social e ajudarem o seu próximo. O entrevistado V explica que a implantação da horta ensinou as pessoas a cuidarem de seus lixos, não deixando eles jogados e muito menos descartados em qualquer lugar. Outra questão, não menos importante, é que ela foi uma forma de educar as pessoas, mostrando que é preciso cuidar das áreas em comum, não depredando, cuidando da natureza e preservando as benfeitorias existentes.

Podemos observar que, como aqui nós temos uma praça grande, essa praça em comparação com outras praças de áreas, de bairro periféricos da cidade em comparação com outras praças, é bem cuidada pelo povo, o povo depreda menos e eu entendo que depois da horta ne, no caso, houve essa valorização dentro de cada cidadão para ter uma visão melhor do que precisa defender a todos (RELATO DE ENTREVISTA, ENTREVISTADO V).

O presidente da associação explica, e vai naquilo que é defendido por Hobsbawm (1995, apud QUINTANA e HACON, 2011), é necessário que haja uma melhora no ambiente da horta, mas essa melhora não pode ficar restrita somente a esse ambiente, a aprendizagem adquirida deve ser repassada para quem deseja começar um projeto parecido, ou seja, a função da horta deve ir muito além de fornecer mudas, ela deve capacitar e apoiar quem esteja interessado num projeto semelhante.

Nota-se que existe uma falta de envolvimento da comunidade nas ações coletivas, mas o papel desempenhado pela associação se torna um forte instrumento de mudança, já que eles não pensam apenas no econômico e há uma busca pela transformação do social, envolvendo as pessoas de baixa renda e a transmissão de informações, não só para a COHAB, e sim para quem quiser.

Por fim, nota-se que há dificuldades para que as políticas públicas sejam acessadas pelos membros da horta, mas o envolvimento da associação busca alternativas para passar por cima desses obstáculos. Dessa forma pode-se dizer que as transformações ocasionadas pela horta são de total importância, principalmente por ser uma área que sempre foi desprezada e esquecida por todos, mas para atingir o desenvolvimento local ainda falta bastante transformações nesse ambiente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando o contexto histórico brasileiro percebe-se que os esforços do Estado e a maioria dos recursos sempre foram destinados para os grandes produtores, o que fez com que ocorresse uma grande desigualdade no campo. Tal fato fez com que a concentração da terra ficasse nas mãos de grandes produtores e para os pequenos restou a agricultura familiar. Esses produtores apesar de serem os principais responsáveis pela produção de alimentos no país, sempre estiveram em um segundo plano.

Nos últimos anos os governos têm, na teoria, buscado maneiras para diminuir as desigualdades presentes na agricultura brasileira. Grande parte das políticas públicas que são direcionadas para o desenvolvimento rural tem sido pautada nos pequenos agricultores e na agricultura familiar.

Um marco importante é os anos 1990, nessa década a agricultura familiar começou a ter um pouco mais de destaque, a partir da implementação de políticas públicas, já que antes dessa data não existia nada relacionado a esse setor. Um dos aspectos que merece destaque nesse processo é a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o programa tem como objetivo financiar e promover o desenvolvimento sustentável dos produtores, na teoria esse programa tem como função corrigir ou minimizar os erros do passado, para fazer parte desse programa é necessário respeitar diversas condicionalidades, e, principalmente, os participantes devem possuir a DAP.

Como visto, as mudanças ocorridas na agricultura familiar são oriundas das diversas políticas públicas que vieram a partir do PRONAF. Dessa forma é necessário estudar as mudanças que ocorreram e entender os pontos que dificultam uma melhor ação delas. Nesse sentido, o trabalho teve como objetivo estudar uma horta comunitária, formada por famílias que buscam produzir o seu próprio alimento.

No trabalho fica claro as diversas dificuldades de acesso as políticas públicas. Como visto, os produtores não se enquadram na categoria de agricultura familiar, o que, conseqüentemente, faz com que eles não tenham acesso a DAP. Esse fato impossibilita o acesso a políticas como o PRONAF, PNAE, PAA, entre outras, já que uma das principais condições é que se tenha o cadastro.

Outro fato importante é, que segundo os relatos dos extensionistas, a horta comunitária é considerada agricultura urbana, o que dificulta ainda mais, já que esse setor é considerado

algo social, que desenvolve ações para o bem-estar urbano, distanciando da agricultura familiar, que é direcionada para o econômico e agrário.

Dessa forma, nota-se que a horta comunitária da COHAB, não acessa as principais políticas públicas, justamente pelo fato de seus produtores não terem o cadastro da DAP e não serem considerados agricultores familiares. Nesse sentido, percebe-se que o ponto fraco dessas políticas ocorre devido à falta de diálogo entre governantes e sociedade. A formulação e implementação, muitas das vezes, não analisam o ambiente em que serão inseridas, e isso acaba interferindo na finalidade das mesmas, pois não atingem os reais necessitados. Elas são criadas de cima para baixo, sem uma discussão e verificação das reais demandas de quem irá utilizá-las, o que gera dificuldades de acesso.

No que diz respeito ao desenvolvimento local, nota-se que a fundação de uma horta comunitária num bairro que era visto como marginalizado, sem organização, foi muito importante para essa comunidade, e por mais que não acessem as políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar, há um esforço na busca por um desenvolvimento local, no ponto de vista social, já que buscam incluir e fazer com que essas pessoas melhorem suas vidas, seja na produção de subsistência ou como uma segunda fonte de renda.

Um ponto observado nesse contexto é o fato da horta não ser totalmente comunitária, já que ela é dividida em lotes, na qual cada família é responsável por cuidar do seu espaço, o que torna uma extensão dos quintais de suas casas, já que não há uma preocupação com um todo, com o espaço do seu vizinho. Esse individualismo acaba ocorrendo além da horta, a própria comunidade sofre com esse problema, não há muita participação/envolvimento da população nas causas coletivas e nota-se que existe um grande comodismo, individualismo, presente no contexto da comunidade, o que dificulta uma maior efetividade das ações nesse local.

De uma forma geral, percebe-se a horta comunitária pode ser utilizada de uma forma mais eficiente. Ela pode ser um espaço de promoção do desenvolvimento local, uma vez que oportuniza o acesso ao espaço produtivo, ao alimento, e pode contribuir para a transformação social de parte da população inserida neste contexto. É necessária a construção de espaços de diálogo e reflexão para que os sujeitos tenham consciência do que é desenvolvimento local, como ele pode ser construído coletivamente e como ele pode ser posto em prática em um ambiente.

Nota-se que a grande questão é que o poder público privilegia alguns setores em detrimento de outros, fazendo com que ocorram falhas institucionais. O que acontece, na

maioria das vezes, é que o mercado é o grande beneficiado das ações governamentais e o povo acaba ficando em um segundo e, conseqüentemente, não ocorrem melhorias nas condições de vida da população. Farah (2001) mostra que os governos locais podem trabalhar ações dirigidas de acordo com as demandas que surgem, e, pelos relatos, percebe-se que isso está acontecendo, está sendo feito um planejamento e algumas ações já estão sendo desenvolvidas, com o objetivo de melhorar as estruturas não só da horta, não só da COHAB, mas de todo o município.

A partir desse estudo é possível sugerir medidas que podem melhorar o ambiente dessa horta, são essas as seguintes sugestões: buscar novas parcerias com instituições como SENAR, FAEMG, que ajudem a ampliar a capacitação desses produtores através da ministração de cursos, palestras, entre outras atividades; fazer uma maior divulgação da horta comunitária, por exemplo, através das redes sociais que podem ser um meio interessante para que mais pessoas conheçam os trabalhos desenvolvidos; personalizar embalagens com o nome da associação como forma de aumentar o mercado dos produtos cultivados e atribuir-lhes uma identidade local; e criar pontos de comercialização em lugares estratégicos da cidade, como na feira de domingo que acontece na praça central da cidade.

Por fim, pode-se dizer que a contribuição deste trabalho para a gestão pública consiste no fato dele analisar como as políticas públicas chegam até a horta comunitária, ou melhor porque não chegam, já que foi uma das conclusões deste. É necessário que se tenha estudos sobre o assunto para, assim, ajudar a resolver as dificuldades presentes e como consequência melhorar as condições de quem necessita de um apoio, ajuda, do Estado para conquistar boas condições de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e uso do solo. **São Paulo em perspectiva**, v. 11, n. 2, p. 73-78, abr./jun. 1997.

ABREU, Â. M. R. da S. **Hortas urbanas—contributo para a sustentabilidade. Caso de estudo:** “Hortas comunitárias de Cascais”, 2012, 260 p. (Tese de Doutorado). Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2012.

ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento rural sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. **Reconstruindo a agricultura:** idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997, p. 33-55.

ARRUDA J. **Agricultura urbana e peri-urbana em Campinas-SP:** análise do Programa de Hortas Comunitárias como subsídio para políticas públicas, 2006, 162 p. (Tese mestrado). Universidade de Campinas, Campinas, 2006.

BALSAN, R. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006.

BARBOSA, G. S. O desafio do desenvolvimento sustentável. **Revista Visões**, v. 1, n. 4, p. 1-11, jan./jun. 2008.

BAVA, S. C. Tecnologia social e desenvolvimento local. In: FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Tecnologia social:** uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: ITS, 2004, p. 103-116.

BOAS, A. A. V. et al. Administração pública tupiniquim: reflexões a partir da Teoria N e da Teoria P de Guerreiro Ramos. **Cadernos EBAPE. BR**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 284-301, jun. 2012.

BOURSCHEIDT, D. M.; DALCOMUNI, S. M. (2010). Do crescimento econômico ao desenvolvimento sustentável: aspectos conceituais e marcos importantes. **Anais do CONGREGA URCAMP**, Alegrete, RS, Brasil, v. 6, 2010.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 17 de jun. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm>. Acesso em: 27 set. 2017.

_____. Presidência da República. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto Nº 3.508, de 14 de junho de 2000. Dispõe sobre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CNDRS, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 15 de jun. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3508.htm>. Acesso em: 27 set. 2017.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 25 de julho de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm>. Acesso em: 11 out. 2017.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. Portaria nº 234, de 04 de abril de 2017. O SECRETÁRIO ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, SUBSTITUTO, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 2º do Decreto nº 8.865, de 29 de setembro de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 30 de setembro de 2016; inciso I do artigo 1º da Portaria da Casa Civil nº 1.390, de 8 de julho de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 11 de julho de 2016 e das atribuições previstas na Resolução nº 4.107, de 28 de junho de 2012, do Banco Central do Brasil e, observando ainda o disposto no Capítulo 10 do Manual de Crédito Rural do Banco Central do Brasil, que dispõe sobre o regulamento e as condições para a realização das operações de crédito rural ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, em especial no que se refere à identificação do agricultor/a familiar. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 05 de abril de 2017. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_1754/PORTARIA%20N%C2%BA%20234%2C%20DE%2004%20DE%20ABRIL%20DE%202017.pdf>. Acesso em: 11 out. 2017.

BUARQUE, S. C. Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável. **Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal**. Brasília, DF: IICA, 1999.

CARNEIRO, M. J. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Estudos sociedade e agricultura**, n. 8, p. 70-82, abr. 1997.

CAVALCANTI, C. Sustentabilidade da economia: paradigmas alternativos de realização econômica. In: CAVALCANTI, C. (org.). **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 1995, p.153-176.

CODAF. **Competências Digitais para Agricultura Familiar**. Disponível em: <<http://codaf.tupa.unesp.br/agricultura-familiar/a-importancia-da-agricultura-familiar>>. Acesso em: 19 de jun. 2017.

DA VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

DAS GRAÇAS RUA, M. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. **Manuscrito, elaborado para el Programa de Apoyo a la Gerencia Social en Brasil. Banco Interamericano de Desarrollo: INDES**, 1997.

DO AMARAL FILHO, J. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 14, p. 35-74, dez. 1996.

EMATER. **Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais**. Disponível em: <http://www.emater.mg.gov.br/portal.cgi?flagweb=site_tpl_paginas_internas&id=813#.Wd5yUGhSzIV>. Acesso em: 11 out. 2017.

FARAH, M. F. S. Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p.119-144, jan./fev. 2001.

FERREIRA, V. R. et al. A fruticultura como alternativa para a produção familiar no âmbito do Pronaf nos municípios de Campos dos Goytacazes e São Francisco do Itabapoana, RJ. **Revista Brasileira de Fruticultura**, Jaboticabal, v. 25, n. 3, p. 436-439, dez. 2003.

FONSECA, P. C. D. A política e seu lugar no estruturalismo: Celso Furtado e o impacto da Grande Depressão no Brasil. **Revista EconomiA**, Brasília, v.10, n.4, p. 867–885, dez. 2009.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**. Brasília, n. 21, p.211-259, jun, 2000.

FURTADO, R. P. M. **Belo Horizonte e sua metrópole, possibilidades de desenvolvimento: um olhar sobre os atores institucionais e suas relações**. 2017. 205p. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

GOOGLE EARTH. **Vista aérea da horta comunitária**. Disponível em: <<https://earth.google.com/web/@-21.2202506,-45.00242732,852.27346553a,600.4601197d,35y,-1.31211622h,11.22815272t,0r>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2017.

MUYLAERT, C. J. et al. A importância das narrativas em pesquisa qualitativa. **CIAIQ2014**, v. 2, p. 106-110, 2015.

LAL, D. **A pobreza das teorias desenvolvimentistas**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1987. 155 p.

LIMA, S. C. DA SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES AO BRASIL POTÊNCIA: Concepções do desenvolvimento 1964-1979. **Aurora**, Marília, v. 5, n. 7, p.34-44, jan. 2011.

LIMA, L. L.; D'ASCENZI, L.; Implementação de políticas públicas: perspectivas analíticas. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 21, n. 48, p. 101-110, dez. 2013.

MARTINS, S. R. O. Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Campo Grande, v. 3, n. 5, set. 2002.

MARTÍN, J. C. Por Mato Grosso do Sul: as escalas do desenvolvimento local. In: MARQUES, H. R. **Desenvolvimento local em Mato Grosso do Sul: reflexões e perspectivas**. Campo Grande: UCDB, 2001. cap. 1, p. 11-42.

MDA. **Ministério de Desenvolvimento Agrário**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/o-que-é-agricultura-familiar>>. Acesso em: 30 de mai. 2017.

_____. **Políticas Públicas para Agricultura Familiar**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/politicas_publicas_baixa.pdf>. Acesso em 19 de jun. 2017.

MIRALHA, W. Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje. **Revista Nera**, Presidente Prudente, n. 8, p. 151-172, jan./jun. 2006.

MONTE-MÓR, R. L. A relação urbano-rural no Brasil contemporâneo. **Trabalho apresentado no “I**, 2004.

MONTEIRO, J. P. do R.; MONTEIRO, M. S. L. Hortas comunitárias de Teresina: agricultura urbana e perspectiva de desenvolvimento local. **Revista Iberoamericana de Economía Ecológica**, v. 5, p. 47-60, 2006.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1972. 240 p.

NOZOE, N. et al. Sesmarias e apossamento de terras no Brasil Colônia. **Economia**, A, Brasília, v. 7, n. 3, p. 587–605, set./dez. 2006.

NUNES, A. L. de P. F.; DA CRUZ SILVA, M. B. A extensão universitária no ensino superior e a sociedade. **Mal-Estar e Sociedade**, v. 4, n. 7, p. 119-133, jul./dez. 2011.

NURKSE, R. **Problemas de formación de capital en los países insuficientemente desarrollados**. 1. ed., México, MX: FCE, 1955. 172 p.

ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico**: (um manifesto não-comunista). 6. ed., Rio de Janeiro: J. Zahar, 1964.

SACHS, I. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond. 2008. 151 p.

SANDRONI, P. **NOVÍSSIMO DICIONÁRIO DE ECONOMIA**. São Paulo: Best Seller, 1999. 650 p.

SANTOS, C. H. M. dos. **Políticas federais de habitação no Brasil: 1964-1998**. 1999. 30 p.

SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZELLA, A. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre, 2004, p. 21-50.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 511-531, jul./set. 2010.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, 409 p.

SOUZA-ESQUERDO, V. F. de; BERGAMASCO, S. M. P. P. Análise sobre o acesso aos programas de políticas públicas da agricultura familiar nos municípios do circuito das frutas (SP). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, p. 205-222, 2014.

TABOSA, F. J. S. et. al. “Desenvolvimento Local e Capital Social: uma Leitura sobre os núcleos e arranjos produtivos do Estado do Ceará”. In: XLII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 2004. **Anais**. Brasília: SOBER. v. 1, p. 1-14.

TEIXEIRA, E. C. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Salvador: AATR, 2002.

TEIXEIRA, J. C. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Três Lagoas, v. 2, n. 2, p. 21-42, set. 2005.

TENÓRIO, F. G. (Org.). **Cidadania e desenvolvimento local: critérios de análise**. Volume 1. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2012. 264 p.

QUINTANA, A. C.; HACON, V. O desenvolvimento do capitalismo e a crise ambiental. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25/26, p. 427-444, 2011.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015. 281 p.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, n. 44, p. 201-218, ago/dez. 2014

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2009

ANEXOS

Anexo A: Roteiro de entrevista com gestor da secretária de Assuntos Rurais e Servidores da EMATER

- 1) Como surgiu a horta comunitária?
- 2) Qual o principal objetivo de sua implantação?
- 3) Por que a escolha da COHAB?
- 4) Como foi feito a transferência da terra?
- 5) Apesar de ser comunitária, nota-se que ela foi “dividida” em partes. Porque você acha que isso ocorreu? Foi falta de regulação?
- 6) A implantação da horta foi algo proposto pelo município ou foi algo que “veio de cima” (ESTADO OU UNIÃO)?
- 7) A horta comunitária surgiu a partir de alguma política pública municipal?
- 8) A comunidade foi ouvida sobre a implantação da horta?
- 9) Existe ou existiu algum tipo de capacitação para os moradores?
- 10) Como se dá a manutenção e controle de quem pode participar da horta e o que pode ser produzido lá hoje em dia?
- 11) Existe algum tipo de programa ou política relacionado a horta?
- 12) Há investimentos ou repasses financeiros para os associados?
- 13) Existe algum tipo de ponte ou intermediação por parte da prefeitura para que os membros da APHOL consigam recursos provenientes de políticas públicas federais? Como Pronaf, PNAE, entre outros?
- 14) Se existem, como é feito e quais são os programas? Se não, porque não ocorre?
- 15) O que pode ser feito para melhorar a estrutura dela?
- 16) Há planejamento nesse sentido?
- 17) O que pode ser feito para tornar essa horta mais efetiva, não só para os membros da horta, mas para toda a comunidade?

Anexo B: Roteiro de entrevista com presidente da associação de produtores de hortaliças da cidade de Lavras, Minas Gerais.

- 1) Como surgiu a horta comunitária?
- 2) Como foi a fundação da associação?
- 3) Qual foi o intuito de montar uma associação? Porque isso ocorreu?
- 4) Quem são as pessoas que participam?
- 5) Quando a horta foi fundada, como foram escolhidas as pessoas que poderiam plantar/produzir neste espaço?
- 6) Qualquer morador pode participar da horta?
- 7) Todas as pessoas que mantêm uma produção na horta é morador da COHAB?
- 8) Você sabe dizer se as pessoas utilizam o espaço como uma fonte de geração de renda?
- 9) Na sua opinião, qual a importância da horta para a comunidade?
- 10) Quais são os alimentos produzidos? Há comercialização dos mesmos?
- 11) Se sim, como isso acontece?
- 12) Qual o papel do governo na horta? Existe algo que eles fazem?
- 13) As políticas e programas chegam até vocês? Se sim, quais?
- 14) Existe algum tipo de auxílio na manutenção da horta?
- 15) Há projetos de inclusão da comunidade?
- 16) Os membros participam da tomada de decisão, referente a assuntos da horta?
- 17) Como isso ocorre? Eles têm liberdade de propor ações que visem a melhoria do ambiente?

Anexo C: Roteiro de entrevista com representante do Bairro

- 1) Há quanto tempo existe a associação de bairro?
- 2) Há uma participação grande da comunidade?
- 3) Como surgiu a horta comunitária? Foi uma demanda da comunidade?
- 4) Houve uma boa aceitação quando ela foi implantada?
- 5) Como os moradores se organizaram na divisão de tarefas para cuidar dela?
- 6) Qual a importância da horta para a comunidade?
- 7) Ela melhorou a vida dos moradores?
- 8) A população ficou mais envolvida nos assuntos coletivos?
- 9) As pessoas que participam são grupos familiares?
- 10) Você percebe alguma melhoria que a horta tenha causado na comunidade?
- 11) Existem conflitos ocasionados por ela?
- 12) Você percebe algum tipo de ação proposta pelo governo, na manutenção dela?